

UM ESTUDO COMPARTILHADO SOBRE O FAZER DOS GESTORES ESCOLARES

CAMPOS, Vera Lucia Silveira Leite – UNIGRANRIO

ALMEIDA, Angela Maria Menezes de – UNIGRANRIO

MELO, Icleá Lages de – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense-UERJ

GT: Educação Fundamental / n.13

Agência Financiadora: Sem Financiamento

Aprendi que se depende sempre,
De tanta muita diferente gente
Toda pessoa sempre é as marcas
Das lições diárias de outras tantas pessoas.

Gonzaguinha

Introdução

Na trajetória histórica da educação, a concepção de ação compartilhada, como pressuposto da democratização do processo gestor da escola, tem sido objeto de discussão, construção e reconstrução em diferentes espaços, onde a reflexão sobre as práticas dos profissionais da educação se faz presente.

Este foi o enfoque ao longo dos três anos do processo de implementação da pesquisa “Ação compartilhada : (Re)Aprendendo de forma solidária o fazer e o pensar dos profissionais da educação da rede pública da Baixada Fluminense”*.

Duas Universidades desta região, em parceria, inicialmente, participaram com cinco docentes, sendo quatro da Escola de Educação da Universidade do Grande Rio – UNIGRANRIO e uma da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense - FEBF/ UERJ, ambas em Duque de Caxias, além de acadêmicas das duas instituições, algumas com bolsas da FAPERJ, outras com incentivo da instituição privada. Ao final do processo, o grupo era composto de duas docentes da UNIGRANRIO e uma da UERJ.

Ao longo deste percurso, foi grande o movimento de ir e vir, impulsionado pelas reflexões suscitadas no grupo. Esse movimento possibilitou o ajuste do olhar das pesquisadoras sobre o objeto pesquisado, a descoberta de novas possibilidades, e a identificação dos limites que se colocavam durante a trajetória. Desconstruções de paradigmas propiciaram a reconstrução do conhecimento e a ampliação do autoconhecimento pelos sujeitos da pesquisa.

Abordaremos, nesse texto, o processo dessa caminhada, a partir da formação do grupo, passando pelas suposições preliminares, pelas descobertas e culminando com as considerações finais.

O ponto de partida

A compreensão da necessidade desse estudo emergiu no momento em que professoras do Curso de Pedagogia, destas instituições, identificaram que, nos relatos de estágio realizado por seus alunos, em escolas da rede pública da Baixada Fluminense, o fazer dos profissionais, orientadores educacionais, supervisores e administradores escolares se dava de forma desarticulada. Estas observações trouxeram grande inquietação levando as docentes a promover um longo debate coletivo, que culminou com uma proposta de trabalho que visava possibilitar o rompimento de tal fragmentação, durante o processo de formação acadêmica. Para tanto, foram realizadas atividades integradas nas disciplinas de estágio supervisionado das habilitações que compunham esses cursos – Administração e Supervisão Escolar e Orientação Educacional.

A partir deste problema, formamos um grupo de pesquisa com o objetivo de investigar a ação compartilhada de gestores escolares, numa perspectiva de construção do conhecimento, tendo como base o diálogo entre teoria e prática, uma vez que, pensar a ação compartilhada dos profissionais da educação no interior da escola, implica em refletir sobre as relações concretas observadas em seu cotidiano de trabalho, com o propósito de compreender a tessitura de sua ação profissional/pessoal.

Naquele momento, entendíamos a ação compartilhada como uma forma significativa de trabalho associado entre pessoas ao analisarem, decidirem e agirem numa proposta de formação cidadã dos sujeitos envolvidos no trabalho pedagógico.

A Baixada Fluminense foi a região escolhida como campo de observação para a concretude dessa investigação. Inicialmente, cinco escolas públicas - uma estadual e quatro municipais - tinham sido selecionadas, compreendendo os municípios de Duque de Caxias, Magé e Belford Roxo. Posteriormente, estávamos com quatro escolas, agora substituindo este último município por São João de Meriti.

Essa região, situada na área metropolitana do Rio de Janeiro, é fortemente marcada pela ocupação de migrantes negros e nordestinos. Esta população, intensamente explorada por “benfeitores populistas” no século passado, época de

ocupação dessa área, deu início à expansão populacional da região que, até os dias de hoje, apresenta traços característicos de reprodução das condições de dependência e submissão.

Para a elaboração deste trabalho, o grupo se encontrava, semanalmente, fomentando um processo de construção de saber, embasado no entrelaçamento do estudo de teóricos, com os relatos de campo e trocas de experiências.

As escolas-campo escolhidas pelas auxiliares de pesquisa obedeceram ao critério de proximidade de suas residências, por problemas financeiros. Procuramos evitar, inicialmente, qualquer despesa que impedisse a continuidade de participação de nossas auxiliares. Por um longo período, esse trabalho foi realizado sem nenhum financiamento tendo sido, posteriormente, concedidas algumas bolsas de iniciação científica. De todas as escolas que aceitaram voluntariamente a participação na pesquisa, apenas uma, solicitou o encerramento.

Para efetivarmos a observação participante sentimos necessidade de nos orientarmos tendo como base alguns questionamentos que, oriundos de nossos estudos teóricos, foram entendidos como pertinentes para essa caminhada : Como agem os profissionais nas escolas pesquisadas? Até que ponto esses profissionais têm consciência de que sua prática pedagógica está relacionada a uma concepção de homem, de mundo, e de educação? Que conhecimentos eles possuem em relação ao processo de sua constituição enquanto sujeitos/profissionais nesse tempo/espço definidos? Como esses gestores compreendem ação compartilhada?

Solicitamos, então, às bolsistas que encaminhassem e apresentassem às escolas o projeto da pesquisa, imaginando estar selando um elo de integração das universidades com as escolas. O entendimento era de que iríamos, a partir da pesquisa, oferecer às escolas-campo contribuições epistemológicas e/ou instrumentos que contribuíssem para a ação compartilhada de seus profissionais.

Ao caminharmos nessa realidade um grande desafio nos foi apresentado, o de nos despojarmos das certezas acadêmicas, buscando entendê-las em suas entranhas, redimensionando os nossos olhares.

A caminhada

A vivência de ação compartilhada no processo de reflexão do grupo nos permitiu transcender ao paradigma dominante de pesquisa, centrado em questões fechadas e análise quantitativa de dados, e buscar uma imersão no cotidiano das escolas. Esse movimento nos propiciou uma aproximação aos membros gestores, permitindo-nos um percurso de observação que nos possibilitava analisar as ações em seu contexto de inter-relações, uma vez que esses profissionais têm uma história, uma construção que, como tal, precisa ser considerada nesse processo. Segundo SANTOS, “o comportamento humano, ao contrário dos fenômenos naturais, não pode ser descrito e muito menos explicado com base nas suas características exteriores e objectiváveis, uma vez que o mesmo acto externo pode corresponder a sentidos de acção muito diferentes.”(2003 :38).

No entendimento de que nosso caminho de pesquisadoras só poderia ser trilhado em processo de interação com os profissionais pesquisados, de que nossa pesquisa deveria ser com as escolas e não sobre as escolas, optamos por uma abordagem qualitativa, por enfatizar as particularidades de um fenômeno em termos de seu significado para o grupo pesquisado. Escolhemos a modalidade observação participante, considerando que a mesma permite estabelecer ou reformular questões, à medida em que novos dados vão aparecendo, assim como maior participação no processo investigativo. Segundo MINAYO, essa técnica “se realiza através do contato direto do pesquisador com o fenômeno observado para obter informações sobre a realidade dos atores sociais em seus contextos”.(2000:59)

Nós, docentes, fomos percebendo a importância de estarmos no campo, junto com as auxiliares de pesquisa, acompanhando todo o processo, socializando os textos e livros estudados e, colocando-nos disponíveis para reflexões conjuntas, em momentos próprios do cotidiano escolar, como conselhos de classe, grupos de estudos, encontros de professores, encontros informais, entre outros.

A complexidade das relações interpessoais travadas no cotidiano escolar foi instigando as pesquisadoras e auxiliares de pesquisa a tecerem fios de ação conjunta no interior das escolas-campo. A partir daí, algumas ações de intervenção sobre as necessidades pedagógicas detectadas foram sendo compartilhadas. A experiência de nos aproximarmos do dia-a-dia daquelas escolas nos envolveu num processo compartilhado de vivência de seus dilemas e nos impulsionou, como coletivo daquelas comunidades, ao cultivo do respeito às suas diversidades culturais.

Verificamos que o significado das ações, no espaço dessa investigação, foi a possibilidade da construção de novos conhecimentos, tanto para os pesquisados quanto para os pesquisadores, na medida em que os agentes, que nela e dela participaram, puderam se interpor, manifestar satisfações e/ou insatisfações, pensar suas próprias histórias e socializar suas diferentes realidades.

A escolha da observação participante exigiu de nós a sabedoria da escuta e o exercício do diálogo enquanto fonte pessoal e inovadora de saber. Entendemos, como BRANDÃO, que na relação dialógica “cada um é em si mesmo uma parte de conexões através da peculiaridade de suas diferenças, quanto ao teor de vivências e conhecimentos com que se apresentam diante de um outro ser humano em um momento de interação”. (2003:138)

Assim, nesse tempo de trabalho, produzimos um vasto material que documenta ações, falas e silêncios captados por nós, nessa caminhada em que estávamos imersas.

Nesta perspectiva, a partir das concepções apontadas pelos teóricos que estudávamos, novas construções e novas questões emergiram: Esses profissionais são participantes de um processo de gestão escolar e, conseqüentemente, das decisões que se tomam no interior da escola? As ações desses profissionais convergem para concretizar o processo ensino-aprendizagem dos discentes? O processo de comunicação colabora para o relacionamento interpessoal e solidifica o compromisso com um trabalho pedagógico compartilhado? O ambiente da escola colabora para o processo humanizador das relações interpessoais, valorizando as capacidades e aptidões de cada profissional? O projeto político pedagógico da escola é fruto da construção coletiva de seus membros? Como articular “ações e saberes” que, até aqui, vêm sendo construídos de forma tão fragmentada? Como fazer diferente se ainda não pensamos diferente?

Dentre as observações realizadas no cotidiano das escolas pesquisadas, identificamos que a tessitura das ações de seus profissionais perpassava pelo modelo de gestão que cada nova administração municipal ou estadual apresentava. Essas gestões vêm sendo construídas ou desconstruídas à medida que cada novo secretário de educação assume o comando, passando a exigir dos profissionais das escolas novas formas de conduzirem suas ações.

Ao longo dessa pesquisa várias questões nos permitiram analisar as políticas educacionais implementadas nesses municípios. O pleito eleitoral de 2004, ao trazer

nova configuração ao poder político local, desencadeou uma mudança estrutural nos quadros gestores das unidades escolares, constituídos por diretores, orientadores educacionais e supervisores escolares. Raras foram as escolas municipais onde não ocorreram mudanças.

Num primeiro momento, estas mudanças se configuraram como um fator imobilizador das ações no interior das escolas, ferindo o princípio da autonomia considerado pelos textos legais brasileiros - Constituição Federal-CF/1988 e Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN 9394/96 - Ambos preconizam a concepção da gestão democrática e da autonomia da escola como pressuposto da democratização da educação.

Observamos que a troca de gestão significa alteração na política de contratação de funcionários, distribuição de cargos públicos e concepções educacionais, gerando práticas de gestão submissas ao poder local. São configurações de poder que se distanciam do processo de participação democrática e do diálogo com as diferenças. Essas formas de conduzir o processo de educação distanciam-se de uma real avaliação de resultados, exaltando apenas as marcas de um novo poder.

As mudanças de modelo de gestão dos sistemas ainda têm se caracterizado por organizações funcionalistas que enfatizam a ordem e o controle, acontecendo por determinações legais e não por um processo de discussão coletiva de seus membros, como na perspectiva da gestão democrática. Segundo SOUZA e CORRÊA, “a autonomia não pode ser encarada, portanto, como algo herdado ou adquirido, mas, fundamentalmente, como produto de processos inter-relacionais, capazes de propiciar à escola a criação de uma identidade própria.” (2002:62)

Assistimos, no interior das escolas, a uma crescente insatisfação de seus profissionais pela ausência de projeto de formação continuada, apoiado pelas secretarias de educação, com maior disponibilidade de tempo para a estruturação de grupos de estudo. Os professores reivindicam que esses grupos possam ser organizados conforme as necessidades das unidades de ensino, no entendimento de que esse espaço contribui para a escola se pensar, refletir sobre o seu contexto. Na fala de uma profissional envolvida no processo da pesquisa, percebe-se a expressão dessa consciência: “Hoje o professor tem que ser formado politicamente. Tem que se envolver com as questões do contexto social. Precisamos de formação continuada para esse convencimento”.

Algumas escolas que apresentam iniciativas de oferecerem momentos de troca de experiências, interna e externa, são alertadas, pelo nível central, com ameaças de punição, se insistirem no exercício dessa autonomia.

Ao pousarmos nosso olhar de pesquisadoras sobre os campos de pesquisa escolhidos para esse estudo, ao mesmo tempo em que identificávamos um conjunto de componentes homogeneizadores: escolas públicas, quantidade insuficiente de profissionais, comunidades com baixo poder soberano e formação étnica de expressiva origem negra e de migrantes nordestinos, íamos nos surpreendendo com as singularidades de cada espaço em que compartilhávamos esse trabalho.

Nesse ponto convivemos, ao mesmo tempo, com movimentos que caracterizavam ações educativas voltadas para um fazer profissional reflexivo, e outros que ainda deixavam transparecer componentes de submissão ao poder instituído. Assim, destacamos, num primeiro momento, a presença de um processo de articulação entre grupos de profissionais, nas unidades escolares pesquisadas, que persistiam na busca de alternativas de novos jeitos de fazer educação, mesmo diante de um contexto sócio-político de grande adversidade.

A Baixada Fluminense tem sido marcada por uma realidade onde o desmantelamento da educação pelo poder público tem acarretado condições precárias de extrema gravidade, comprometendo tanto a estrutura física dos prédios escolares, quanto os recursos materiais e humanos para o seu funcionamento. Nessa região, o autoritarismo ainda se faz presente na gestão de macro sistema inibindo a autonomia dos gestores escolares e as exigências e urgências burocráticas vêm tentando se sobrepor aos espaços de criação, resistência e possibilidade de reconstrução.

Em um momento de encontro das auxiliares da pesquisa numa das escolas, percebemos como estão presentes movimentos singulares, que podem ser entendidos como busca de alternativas para uma gestão autônoma e que, no entanto, são desencadeados de forma sutil por seus atores, como se os mesmos não se dessem conta do valor de suas ações para o processo de reconstrução da autonomia escolar.

A semana de planejamento, nessa escola, se destaca como um destes movimentos, quando o grupo resolve estruturar o seu trabalho a partir das contribuições de seus membros, contrariando determinações hierárquicas superiores, que solicitava a participação da escola em eventos programados para o início do ano letivo.

Em uma outra unidade escolar, a equipe pedagógica se articula para implementar um grupo de estudos sobre formação de leitores, a partir da experiência

de um grupo de contadores de histórias da localidade. Diante das autoridades administrativas, as gestoras buscam legitimar a ampliação do horário de estudo do grupo dos profissionais da educação, embasando teoricamente essa proposta e apontando um plano de operacionalização, sem prejuízo do tempo de aula das crianças. Mas, lamentavelmente, em nome de uma uniformidade do horário e da garantia do calendário letivo, o controle local é persistente em desconsiderar tais atividades e ameaça, publicamente, o desrespeito ao instituído. Nesse ponto, percebemos que a insistência do modelo de controle da secretaria municipal foi minando a resistência da equipe de profissionais que vinha lutando pela ampliação dos grupos de estudos. Não assistimos a novas iniciativas de intercâmbio entre outros profissionais dessa escola, mas muita indignação por subtraírem sua autonomia e reduzirem um tempo de estudos e troca de experiências, onde sua profissionalidade docente teria a chance de ir sendo construída/reconstruída.

Sentimos que a escola não pode ser engessada por um calendário letivo que corte o tempo de formação, de reflexão coletiva, de planejamento e de pesquisa sobre a comunidade, nem sofrer cortes no orçamento de sua gestão.

Em outro momento, situações apontam ações desintegradas e deslocadas da concepção de projeto autônomo de ação pedagógica. Alguns profissionais não demonstram sentirem-se autores do projeto político pedagógico de suas escolas, nem mesmo apresentam ânsia por construir sua participação ativa no interior das mesmas, assumindo, com a força do coletivo, as decisões que possam viabilizar uma proposta de trabalho emancipatório.

Observam-se, nessas ações, influência da doutrina neoliberal que em sua concepção defende o individualismo em detrimento do coletivo, enfraquecendo a capacidade de indignação do trabalhador e a sua condição de ser sujeito num processo. Num pressuposto de neutralidade, as ações desses profissionais vão se delineando, deixando de refletir sobre suas realidades, ocupando-se no cumprimento de tarefas sem identificar o sentido das mesmas.

Esses sujeitos/profissionais, em seu cotidiano de trabalho, demonstram aceitar, passivamente, a hierarquia de funções que se estabelece no interior da escola e suas interfaces com as políticas do macro sistema, na medida em que este delega funções, papéis, linhas de ações e diretrizes políticas. LINHARES nos leva a refletir sobre a forma como os poderes constituídos vão se impondo no interior das escolas: “Como constituintes de regimes de verdade, suas penetrações nas práticas sociais sustentam e

dialogam com as práticas escolares, contribuindo para validar e potencializar conhecimentos como exercícios de poder” (2000,41).

Esse ideário, que exalta o poder soberano, vem consolidando a prática da submissão ao poder local, que representa, historicamente, o grande padrinho da população e, no plano da educação, determina a ocupação dos postos de trabalho nas escolas. Exemplo disso são atividades como festas organizadas por algumas prefeituras que obrigam os profissionais das escolas municipais a participarem das mesmas. Os eventos são organizados aos sábados, com objetivo de apresentar sutilmente os candidatos a pleitos eleitorais.

A chegada?...

Uma verdadeira viagem de descoberta
Não é procurar novas terras, mas ter
Um olhar novo.

Marcel Proust

O momento de concluir um trabalho traz em si muita tensão.

Se no início desse trajeto tínhamos algumas indagações que nos inquietavam, agora outras tantas insistem em continuar conosco.

Será que podemos afirmar que chegamos?

O que trazemos em nossa bagagem?

Esses três anos de estudos, observações e trabalhos compartilhados mostram, de alguma forma, indicativos de novos caminhos a serem trilhados por gestores/educadores?

Nesse ponto, ao rememorarmos o poeta espanhol Antonio Machado: “Caminhante, não há caminho, o caminho faz-se caminho ao andar”(In: MORIN, 2003:21), entendemos que, diante da complexidade da vida e do humano, relatar uma vivência de saber e de conhecimento apreendido durante uma caminhada solidária, onde experiências anônimas de gestão educacional vêm sendo construídas no cotidiano de trabalho, talvez traga contribuições ao processo de educar e educar-nos.

Aguçar nossa sensibilidade às pessoas e à cultura de onde elas provêm foi, para nós, um norte na busca de apreendermos os sentidos e os sentimentos da cultura das comunidades pesquisadas.

Voltarmo-nos ao outro numa atitude de escuta sensível e olhar cuidadoso nos propiciou vencer a cegueira de nós mesmas, tornando-nos menos preconceituosas, desnudas de nossas certezas e, dessa forma, com maiores chances de olharmos e vermos a essência, a verdade das coisas, no outro e em nós.

Isto nos possibilitou desenvolver o cuidado para não reduzirmos as versões e as visões que captamos no cotidiano das escolas, sem considerarmos “o que são, como vivem, o que sentem e o que pensam essas pessoas”. (BRANDÃO, 2003:179)

Essas atitudes geraram contribuições para o redimensionamento de nossos olhares, desde a metodologia escolhida para a pesquisa - a observação participante no cotidiano do trabalho dos gestores – à compreensão do significado de ação compartilhada não ser único, mas singular em cada unidade pesquisada.

Ao buscarmos a reflexão conceitual de ALARCÃO (2003:83) sobre a instituição escolar como uma “organização que continuamente se pensa a si própria, na sua missão social e na sua organização e se confronta com o desenrolar da sua atividade num processo heurístico simultaneamente avaliativo e formativo”, entendemos que, na sua gestão, se fazem presentes as características de uma gestão democrática, compreendida como possibilidade de que as ações de todos os envolvidos no processo educativo sejam compartilhadas. Nessa concepção, todos devem participar, compartilhar ou partilhar das decisões daquele contexto educativo e essas decisões precisam ser consideradas e concretizadas. Essa ação coletiva integrada, intensifica a formação dos profissionais da educação e dos sujeitos com os quais interage, propiciando-lhes um espaço de construção de vida cidadã.

Pudemos observar, nas escolas-campo, movimentos de trabalho coletivo com iniciativas distintas, que visavam gerar ações de comunicação e diálogo entre os diferentes atores daquelas unidades. Estratégias criativas iam, desde os cadernos de recados, quadros murais, avisos orais na hora do recreio ou durante a entrada ou saída do turno, até o estabelecimento de dias próprios para reuniões de equipe gestora. Porém, percebíamos que ainda ensaiavam iniciativas de integração da comunidade escolar. Elas se faziam presentes na tentativa de maior compreensão e superação do

assistencialismo, na parceria do trabalho pedagógico e na orientação da tarefa do cuidado educativo.

Em nossas visitas, constatamos um esforço de mobilização dos profissionais da educação, no interior das escolas, visando garantir a qualidade do processo de aprendizagem de seus alunos e a necessária articulação com a comunidade. Partilhamos de situações onde os docentes eram instigados a remexerem em suas concepções de ensino a partir de situações propostas. Assim, o desafio da contextualização dos saberes, em problemas reais da vida contemporânea, levava os professores a pensarem no uso da lógica matemática, ao lado do processo criativo da literatura, do tratamento do lixo, do reaproveitamento alimentar, das questões de cidadania, das eleições municipais, entre outras que iam surgindo no cotidiano de trabalho.

Tecer junto cada instante desse trabalho nos permitiu vivenciar a complexidade do conhecimento, segundo o sentido original do termo “complexus” (Morin:2002) e nos incitou ao despojamento de saberes acadêmicos estruturados e, como consequência, nos propiciou um processo de abertura ao novo.

Identificamos que pesquisar sobre a ação compartilhada nos remeteu à complexidade do processo educativo que se amplia na dimensão das relações, rotinas, ritos, interesses, concepções de mundo, educação, aluno, escola, modelo de gestão, sala de aula, currículo e outros, tese esta referendada pelo pensamento de PARO ao afirmar que “a compreensão do complexo conjunto de relações que têm lugar na escola pública básica bem como de suas mútuas determinações pode ser decisiva para evitar que o projeto de inovação ou a proposta de soluções deixe de atingir o objeto de que supostamente deveria dar conta.” (2001: 35)

No decorrer da pesquisa, não tivemos a preocupação de elaborar ou oferecer, às escolas, um conceito sobre ação compartilhada. Apenas apresentamos o projeto de pesquisa, justificando o seu surgimento e pontuando seus objetivos e metodologia. Diferentes foram as formas como lidaram com essa questão. Alguns gestores leram o projeto mas não se preocuparam em socializá-lo entre seus pares; outros não o leram, como também outros comunicaram à escola que o mesmo estava à disposição para leitura /conhecimento. O projeto foi também oferecido a alguns sistemas, àqueles que, de alguma forma, solicitaram tal informação.

Os significados de ação compartilhada são construídos nas relações instituídas pelo sistema de ensino porque se constituem a partir da compreensão dos conceitos que se formam nas relações que estabelecemos com o poder institucional. Segundo Gallo (1996), só tomamos consciência dos fatos pela exterioridade, no encontro de sujeitos, e eles nos fazem pensar. Esse processo de subjetivação, de tomada de consciência das determinações legais, influencia a composição da identidade dos profissionais da escola.

No transcurso dessa pesquisa, ao convivermos com gestores em vários momentos de seus fazeres, pudemos perceber que o instituído não se estabelece por ações homogêneas e que as singularidades se fazem presentes num processo de reflexão. Ao serem questionados por nós, esses gestores demonstravam insegurança em suas concepções sobre o que pensavam ser a sua ação compartilhada. Diante de conceitos pré-estabelecidos, argumentações aparentemente lógicas e sentimentos expressos relacionados ao seu cotidiano de trabalho, inquietações foram sendo provocadas no grupo, tendo início um processo de ação reflexiva, indício de busca de autonomia.

Em reunião realizada na Universidade do Grande Rio com os envolvidos no projeto, algumas profissionais manifestaram que a presença das pesquisadoras e auxiliares de pesquisa em suas unidades escolares possibilitou que elas se sentissem no dever de refletir sobre a escola, sobretudo na perspectiva da ação compartilhada defendida por Alarcão (2003). Assim, elas se expressaram: “As coisas têm que ser mudadas. Elas só mudam através da reflexão.”

As mudanças desejadas na escola só acontecerão com a participação de todos os seus membros. Nesse sentido é o que nos parece o entendimento de outra profissional, ao dizer que: “Quando olho para as auxiliares de pesquisa já me vem à mente: vamos pensar; vamos pensar educação. Acho muito bom esse trabalho.” Esse pensamento vai ao encontro de ALARCÃO (2003:36) ao dizer que “as escolas não perceberam ainda que só elas se podem transformar a si próprias. Por dentro. Com as pessoas que as constituem: professores, alunos, funcionários.”

A iniciativa de realizarmos uma pesquisa envolvendo a parceria de duas universidades de ordens distintas – pública e privada - tendo como foco de estudos a ação compartilhada, nos propiciou um processo de interação entre nossos pares, onde impasses, limitações, desejos e descobertas iam se avolumando e nos desafiando a pensar/agir compartilhadamente, conforme dialogávamos com os teóricos que nos

subsidiavam. Trilhar esse caminho nos possibilitou um novo olhar, nos fez sentir a força/presença do outro, nos deu a dimensão de nossa incompletude, ao mesmo tempo que nos permitiu viver a riqueza da partilha.

Entendemos que as idéias surgem e se solidificam no encontro com o outro. Essa proximidade fortalece, traz amparo, possibilita a vivência da diversidade e o desenvolvimento da capacidade criadora, não só para subsistirmos às redes de dominações que nos cercam mas, fundamentalmente, para nos possibilitar o vislumbre de “novas formas de vida e novas maneiras de dizer a vida”(ANTÔNIO:2002,81).

Então, iniciar o movimento de procura do outro, deixar que nossas palavras expressem o desejo de partilhar, direcionar nosso olhar para novos horizontes, talvez seja o ponto inicial de um caminho possível de saídas para um tempo presente onde se possa desfrutar da alegria de aprender, de pensar, de criar e de se sentir construtor de sua trajetória histórica.

Ao encerramos esse texto, trazemos as palavras de profissionais de uma das escolas onde realizamos a pesquisa: “Estar com vocês na escola nos alimenta, nos acalma. Estamos muito sozinhas. Temos que ver novos caminhos, temos que achar saídas”.

O que dizer, senão rememorarmos o poeta: Caminhante, não existe caminho, o que há de novo é o jeito de caminhar.

Referências bibliográficas

- ALARCÃO, Isabel. *Escola reflexiva e a nova racionalidade*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.
- ALARCÃO, Isabel. *Professores reflexivos em uma escola reflexiva*. São Paulo: Cortez, 2003.
- ANTÔNIO, Severino. *A utopia da palavra: linguagem, poesia e educação- algumas travessias*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *A pergunta a várias mãos: a experiência da pesquisa no trabalho do educador*. São Paulo: Cortez, 2003.
- DOURADO, Luiz Fernandes; PARO, Vitor Henrique (Orgs.). *Políticas Públicas & Educação Básica*. São Paulo: Xamã, 2001.

GALLO, Silvio. *Educação, Ideologia E A Construção Do Sujeito*, 1996. Disponível em: www.educacaoonline.pro.br .

LINHARES, Célia e NUNES, Clarice. *Trajetórias de Magistério: Memórias e lutas pela reinvenção da Escola Pública*. Rio de Janeiro Quartet, 2000

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). *Teoria, método e criatividade*. Petrópolis : Vozes, 1994.

MORIN, Edgar. *Educar na era planetária: o pensamento complexo como método de aprendizagem no erro e na incerteza humana*. São Paulo: Cortez; Brasília,DF: UNESCO,2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Um discurso sobre as Ciências*. São Paulo: Cortez, 2003

_____. *A Universidade do Século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade*. São Paulo: Cortez, 2004.

SOUSA, José Vieira de; CORRÊA, Juliane. *Projeto pedagógico: a autonomia construída no cotidiano da escola*. In : VIEIRA, Sofia Lerche (Org.. *Gestão da Escola: desafios a enfrentar*. Rio de Janeiro: DP&A, ANPAE, 2002.